

Hospital terá 60 câmaras a vigiar acessos

SESARAM admite que tentativa de rapto no hospital de São João do Porto é um sinal de alarme, mas sublinha que a reformulação do plano de segurança no 'Dr. Nélio Mendonça' começou em Julho de 2018

CONCURSO PÚBLICO PARA SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA SERÁ LANÇADO NESTE 1.º SEMESTRE

O Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SESARAM) vai lançar, até Junho, um concurso público para aquisição e instalação de 60 câmaras digitais de videovigilância no Hospital Dr. Nélio Mendonça, no Funchal, integrado num plano de modernização tecnológica que será depois ampliado aos outros hospitais e centros de saúde. Com esta intervenção, os acessos aos serviços de internamento serão vedados, com prioridade para a Obstetrícia onde, em 2018 nasceram 1.863 bebés.

A decisão foi revelada ao DIÁRIO pelo director de segurança do SESARAM, pouco mais de uma semana após a detenção de uma mulher que se disfarçou de enfermeira para tentar raptar um bebé no Hospital de São João do Porto.

Contudo, Márcio Gouveia, responsável pela segurança e auto-protecção do SESARAM, garante que aquele incidente, apesar de ser um sinal de alarme que deve ser levado a sério por quem gere unidades hospitalares, nada tem a ver com o processo de reformulação do sistema de segurança que o SESARAM começou a implementar em Julho de 2018.

“Os sinais devem ser bem assimilados para perceber, efectivamente, se estamos perante algum tipo de fe-

nómeno”, comenta o responsável pela segurança do SESARAM, questionado pelo DIÁRIO. “Nunca pensamos como na nossa condição insular, se no Porto está a acontecer um evento deste género, pode desencadear outras coisas e como isto são matérias muito delicadas, é bom que esteja tudo muito bem salvaguardado”, acrescentou.

Caso Daniel mexeu com o hospital do Funchal

O único episódio comparável ao ocorrido no Hospital de São João no Porto foi o mediático caso do desaparecimento de Daniel, em Fevereiro de 2014, no Arco da Calheta. Hoje sabe-se que quando foi observado no serviço de Pediatria, no Hospital do Funchal, gerou-se alguma tensão no momento da alta, dadas as dúvidas sobre quem teria o direito legítimo de levar a criança para casa, numa altura em que as autoridades judiciais mantinham as suspeitas de rapto sobre os pais e padrinhos da criança e o tribunal de Família e Menores não tinha revisto ainda os termos da custódia do menor.

Um ano mais tarde, em Maio de 2015, Lídia Freitas, já separada do marido, deu à luz mais um filho mas foi impedida pelo Ministério Público de levar a criança para casa após a alta hospitalar. A mulher não acolheu de ânimo leve a decisão judicial e tentou sair com a criança nos braços tendo sido travada pela equipa de segurança hospitalar. O recém-nascido ficou entregue aos cuidados do Serviço de Obstetrícia durante mais uns dias, à guarda do Estado,

até que fosse definida a regulação do poder paternal pelo Tribunal de Família e Menores, isto quando decorria o processo-crime que viria a constituir aguida a mãe de Daniel.

Acesso livre à maternidade tem os dias contados

“Obviamente que no nosso serviço nós não temos a porta fechada ainda, mas é uma questão que desde 2018 estamos a rever e vai acabar por acontecer”, afirmou Márcio Gouveia, que relativiza os sobressaltos em torno daqueles episódios. “O caso Daniel foi pacífico e relativamente fácil de gerir”, apontou.

Certo é que uma das primeiras mudanças a operar nesta reformulação do plano securitário e de auto-protecção do Hospital Dr. Nélio Mendonça prende-se com o acesso de pessoas, nomeadamente no sector poente das puérperas, onde funciona o Serviço de Obstetrícia, no 4.º andar.

Actualmente, qualquer pessoa pode aceder aos diversos pisos dos serviços de internamento sem quaisquer limitações, desde que dentro do horário estabelecido para visitas. O modelo instituído assenta no regime livre. Neste momento, as visitas podem ser feitas no seguinte horário: das 13h às 15h e das 19h às 20h, sendo que, no serviço de Obstetrícia, o pai tem direito a um horário alargado (mais uma hora de manhã e outra à tarde).

Contudo, essa facilidade terá os dias contados. “Não será num futuro muito longo já que estamos desde

2018 a trabalhar nesse sentido e também com a videovigilância vamos fechar o 4.º piso, das puérperas, isso faz parte da nossa análise”, revelou ao DIÁRIO o director de segurança.

O reforço das medidas de segurança começou a ser operado em Julho de 2018, após a avaliação de riscos elaborado pelo SESARAM. Foi então encerrado o acesso pedonal que ligava a Avenida Luís de Camões ao átrio da entrada principal do hospital, o que gerou alguma controvérsia. Depois, com as obras de remodelação, o Serviço de Urgência foi equipado com sistema de videovigilância - circunscrito àquela área - e dotado de um programa informático de identificação que veio permitir o recenseamento dos acompanhantes que passaram a figurar nos processos clínicos dos doentes.

O objectivo é que, futuramente, todos os visitantes tenham de se identificar na recepção do hospital, situado no rés-do-chão, para poderem aceder aos nove pisos dos diversos serviços clínicos. O primeiro será o da Obstetrícia. “Vai se submeter a um controle na visita, em que vai ser identificado, recenseado e então sobre ao 4.º piso, à semelhança do que nós fazemos na Urgência”, esclarece Márcio Gouveia.

Imagens podem ser utilizadas em tribunal

Actualmente não existe nenhum sistema interno de videovigilância no SESARAM. Apesar de existir câmaras analógicas instaladas nos serviços de Urgência, no rés-do-chão, de Pediatria, no 5.º andar e na Obstetrícia (sector poente), no 4.º andar, não há circuito fechado nem cobertura angular.

“Ainda não foi feito devido às exigências da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPC)”, justificou Márcio Gouveia. “As entradas e saídas regem-se pelo princípio de proporcionalidade”, acrescentou.

Nos serviços clínicos que sofrem obras de reformulação já têm essa solução tecnológica. No 4.º piso nascente, como não foi alvo ainda dessa intervenção, será agora contemplado.

“Nós prevemos lançar o concurso público até ao final do 1.º semestre deste ano”, apontou o responsável pela segurança do SESARAM.

Márcio Gouveia não quis revelar o valor do concurso mas adiantou que prevê a instalação de 60 câmaras de videovigilância nesta primeira etapa que abrange apenas o Hospital Dr. Nélio Mendonça num sistema digital que vai garantir uma cobertura total dos principais acessos aos diversos serviços clínicos da unidade.

Com o licenciamento da CNPD, as imagens que forem obtidas pelo SESARAM terão valor legal. “Nós vamos conseguir dar uma melhor resposta a ângulos que nós não tínhamos coberto antes, como por exemplo no 4.º piso, e cujas imagens nós poderemos fornecer, desde que solicitadas no âmbito do Código Processo Penal”, explicou Márcio Gouveia.

“Ou seja, quando houver uma solicitação dos órgãos de polícia criminal, serão imagens lícitas para usar em tribunal, porque muitas pessoas montam câmaras e não tratam do licenciamento. Nós estamos a fazer essa parte toda e vamos fazer uso das imagens quando nos forem solicitadas”, garantiu.

À entrada de cada piso, será colocada a sinalética legal a informar que os espaços estão a ser vigiados por câmaras de videovigilância.

As 60 câmaras adaptáveis serão distribuídas pelas entradas dos diversos serviços e funcionarão integradas num circuito interno de videovigilância. O sistema é digital, com qualidade de imagem e terá sensor de movimento e alarme. A gestão e monitorização são garantidas por um funcionário da segurança do SESARAM por turnos e em regime de 24 horas.

“Havia pessoas que surgiam onde não deviam estar”

“Estamos prestes a lançar o concurso público para a reformulação e modernização do sistema de videovigilância, o que significa que até final deste semestre, vamos abandonar os sistemas analógicos e transitar para os digitais, abrangendo numa primeira etapa, o Hospital Dr. Nélio Mendonça e numa segunda

etapa, os hospitais dos Marmelheiros, João de Almada e centros de saúde”, revelou ao DIÁRIO Márcio Gouveia, definindo esta lógica como parte integrante de “uma estratégia global do SESARAM”.

O facto de uma das primeiras áreas a serem contempladas com este investimento tecnológico ser o 4.º piso nascente do hospital, reservado ao internamento de puérperas, “não tem nada a ver com o que se passou no hospital São João, no Porto”, sublinha o responsável pela segurança e auto-protecção do SESARAM, mas com “necessidades que foram identificadas em 2018”.

“Teve a ver com a necessidade de criar pontos de acesso dentro da unidade, ou seja, detectávamos que as pessoas surgiam em determinadas áreas em que não deveriam estar”, esclareceu.

O SESARAM começou por encerrar o acesso pedonal à Avenida Luís de Camões, a porta de entrada para fornecedores e a identificação à entrada. “Todas estas medidas têm a ver com a avaliação de risco, a videovigilância é uma delas”, apontou.

Segurança privada dispensada em 2013

Recorde-se que o SESARAM prescindiu, em 2013, da contratação de serviços de segurança privada a uma empresa externa e decidiu chamar a si essa área, obtendo junto da Direcção Nacional da PSP uma licença de auto-protecção com vista a executar os serviços de segurança estática.

A mudança gerou alguma polémica nomeadamente por parte do Sindicato dos Enfermeiros que criticou a rescisão com a empresa de segurança privada um retrocesso, pois acabou por transferir para os profissionais de saúde a responsabilidade pelo controlo de visitantes pelos diversos serviços de internamento.

“Nós temos os nossos próprios seguranças. A parte da segurança humana é contratada e gerida pelo SESARAM, a parte da segurança electrónica, toda ela é contratada às empresas com alvará e licença para o efeito na especialidade”, explica Márcio Gouveia, director de segurança do SESARAM.

SESARAM dispõe de 4 a 5 seguranças por turno

Afinal, quantos elementos integram o corpo de segurança interna do SESARAM e quantos estão alocados ao Hospital Dr. Nélcio Mendonça? “São os necessários para as prestações de serviços que temos neste momento”, respondeu Márcio Gouveia. Nos dias úteis, cada turno diurno (manhã e tarde) compreende 4 a 5. Aos fins-de-semana são mais, acrescentou.

Alguns estão em postos fixos mas a maioria dos seguranças do SESARAM faz rondas e responde a solicitações. Todos os dias há situações complicadas para resolver. No Serviço de Obstetrícia, onde está a maternidade, o problema maior são as delongas nas visitas. “Às vezes há um pai ou um familiar que não quer sair e nós temos de ir lá sensibilizar as pessoas para a importância de cumprirem com os horários”.

A avaliar pelo número de nascimentos em 2018, uma média de cinco por dia, é fácil perceber que além dos pais dos recém-nascidos, também toda a família não quer perder a oportunidade de ver e rever o novo membro. O responsável pela segurança nota que o rebuliço já foi maior e hoje os visitantes estão mais sensibilizados para a importância de cumprir as regras. “Antes o regime de visita era demasiado aberto, agora até se desligam as luzes do piso para descanso das puérperas a meio da visita”, aponta.

Serviço de urgência é o mais problemático

O Serviço de Urgência é, de longe, aquele onde surgem mais problemas. “Todos os problemas que a sociedade enfrenta lá fora reflectem-se no Serviço de Urgência”, resume Márcio Gouveia. Agressões a polícias, a elementos de segurança e até a profissionais de saúde já foram notícia neste matutino.

Os conflitos são sempre comunicados internamente entre o piso onde ocorrem e os serviços de segurança do SESARAM. “Há sempre alguém disponível 24 horas por dia para se deslocar ao piso”, referiu.

Embora não haja um segurança em permanência no corredor da maternidade do hospital do Funchal, a convicção de Miguel Gouveia é que quer no piso das puérperas como no da pediatria, as soluções de segurança são adequadas às necessidades. “Nós não temos efectivamente identificada, por enquanto, qualquer necessidade que justifique ter de deixar permanecer lá um segurança”.

In “Diário de Notícias”